

---

# SER Social

NOVA DIREITA, ESTADO E POLÍTICA SOCIAL

Brasília, v. 21, n. 45, julho a dezembro de 2019

---

## **Regressividade no direito à educação, tendências pedagógicas do EAD e Serviço Social brasileiro**

**Regressivity in the right to education, educational trends  
of EAD and Brazilian Social Work**

Antonio Israel Carlos da Silva<sup>1</sup>

Angela Santana do Amaral<sup>2</sup>

**Resumo:** Ao identificar a expansão do ensino a distância como uma expressão fenomênica do processo de regressividade do direito à educação pública, presencial e socialmente referenciada, o objetivo deste artigo é analisar as tendências político-pedagógicas que se apresentam ao processo formativo na particularidade do ensino a distância (EAD)

---

1 Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); mestre e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista Capes, pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET).

2 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Serviço Social pela UFPE, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social da UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (GET).

e os desafios apresentados ao Serviço Social brasileiro. Sustenta que o ideário cultural da formação no EAD relaciona o determinismo tecnológico na vida social e, especialmente, nos processos educativos, às pedagogias contemporâneas como a formação para a empregabilidade, o “aprender a aprender” e a subjetivação pedagógica dos processos formativos. Sinaliza que a formação profissional em Serviço Social pela via do EAD se estende diante das orientações ideológicas das políticas educacionais contemporâneas. Por fim, considera que as tendências político-pedagógicas do EAD indicam que o Serviço Social estará diante de tensões e contradições que colidem diretamente com os princípios e finalidades do projeto ético-político profissional.

**Palavras-chave:** direito à educação; Ensino a Distância; Serviço Social.

**Abstract:** This article synthesizes a theoretical-political debate held in our master's thesis. By identifying the expansion of distance education as a phenomenal expression of the complex process of regressivity of the right to public education, presencial and socially referenced, has the objective of analyzing the political-pedagogical tendencies that are presented to the formative process in the particularity of distance education (EAD) and the challenges presented to the Brazilian Social Work. It understands that the cultural ideology of EAD formation relates technological determinism in social life and, especially, in educational processes, to contemporary pedagogies, such as: training for employability, learning to learn and pedagogic subjectification of the training processes. It indicates that the professional training in Social Work through EAD extends to the ideological orientations of contemporary educational policies. Finally, it considers that the political-pedagogical tendencies of the EAD indicate that the Social Service will be faced with tensions and contradictions that directly collide with the principles and purposes of the professional ethical-political project.

**Keywords:** right to education; Distance learning; Social Work.

## Introdução

Trinta anos após a elaboração da Constituição Federal (CF) brasileira de 1988, inúmeros processos econômicos, sociopolíticos e ideológicos evidenciaram transformações societárias, situadas no terreno próprio da luta de classes. Ao nos referirmos ao nosso recente marco constitucional, é preciso destacar que ele é fruto de tensões, contradições, enfrentamentos entre as classes sociais

fundamentais e suas frações, assim como expressa limites à efetividade da democracia no sistema capitalista, sobretudo no capitalismo dependente e periférico.

Particularmente, refletir sobre os desafios contemporâneos da política de educação superior nos parece uma complexa e pertinente tarefa, especialmente, em tempos de amplas regressividades dos direitos sociais na realidade brasileira. A nosso ver, as transformações da política de educação superior, nos últimos trinta anos, expressam tendências contraditórias, fincadas em um duplo dinamismo histórico da política educacional no Brasil. Por um lado, a elaboração da CF de 1988 permitiu a afirmação do direito social à educação – pública – no plano legal; por outro, a educação sofreu inúmeras investidas do movimento de organização da economia capitalista para salvaguardar os processos de valorização do capital, através da ampliação da privatização, mercantilização e financeirização da educação, levadas a cabo pelo empresariado, com contribuição do Estado. Ademais, identificamos que a expansão das práticas pedagógicas a distância mostra-se como expressão fenomênica da ampla regressividade do direito à educação pública, presencial e socialmente referenciada, em detrimento da legitimação do "acesso" a novas modalidades de ensino flexíveis.

A ordem social capitalista insistiu em projetar a educação como instrumento de saída da crise, por meio da difusão de ideologias orgânicas, sob as quais operam o pensamento hegemônico. A ampliação da escolarização e a garantia de acesso e permanência no mercado de trabalho são discursos emblemáticos da força material dessas ideologias.

Em particular, no século XX e seguindo-se no século XXI, a educação superior brasileira revela um aumento de cursos, matrículas e ampliação privada do ensino, frente à conjuntura de disseminação de ideias e práticas do social-liberalismo.<sup>3</sup> O EAD foi concebido,

---

3 Nosso entendimento de social-liberalismo tem referência nas discussões de Castelo (2011), ao afirmar que o projeto neodesenvolvimentista brasileiro, que teria vigorado nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, toma como base ideológica o social-liberalismo: expressão ideológica, política e econômica cuja direção estratégica buscou articular uma agenda social ao neoliberalismo, promovendo uma estrutura sincrética em

estrategicamente, como mediação pedagógica funcional à dinâmica capitalista contemporânea, dadas as particularidades e legalidades próprias dessa modalidade de ensino.

Com a expansão de práticas formativas pela via do EAD também ocorreu, em particular, no Serviço Social brasileiro, um rápido movimento expansionista de matrículas. Sobre este aspecto, um interessante ponto de reflexão já amplamente discutido pela categoria profissional para pensar a ampliação dos cursos de Serviço Social está nos processos de recomposição do bloco hegemônico burguês nos países latino-americanos. Nesse sentido, Mota, Amaral e Peruzzo (2012) problematizam o fato de que na conjuntura dos governos de conciliação de classe do Partido dos Trabalhadores<sup>4</sup> (PT), um dos instrumentos para a readequação às diretrizes acordadas com os organismos internacionais foi a expansão das políticas sociais, em especial, às vinculadas ao combate à fome e à pobreza, como é o caso da assistência social, o que demandaria a ampliação da formação de novos agentes profissionais.

Vejamos que, em 2016, 41,72% (68.636) das matrículas de cursos de Serviço Social foram realizadas no ensino presencial, enquanto no EAD o número representa 58,28% (96.055) do total de matriculados (INEP, 2016). Os dados evidenciam que, na última década, ocorreu um vertiginoso avanço de cursos de Serviço Social ofertados, tanto pela via do ensino privado presencial quanto pelo ensino a distância, tornando-se tendência da dinâmica de formação profissional.

---

torno das medidas de intervenção do Estado e do chamado Terceiro Setor, no âmbito das expressões da “questão social”. Essa perspectiva reconhecia as falhas do mercado sem tocar nos fundamentos da mercantilização da totalidade da vida social. Afinal, para os ideólogos do social-liberalismo, o mercado seria a melhor forma de organização das relações de produção e reprodução da vida.

4 Na perspectiva das autoras citadas, a conjuntura neodesenvolvimentista nos governos latino-americanos, em especial, no Brasil, reafirmaram a ideologia de que o crescimento econômico, invariavelmente, levaria ao desenvolvimento social, num movimento de esgarçamento entre a esfera da economia e da política. Foi constatável a ideia de que para impedir a expansão capitalista sem maiores constrangimentos seria necessário compensar os ajustes que afetam as classes subalternas com políticas sociais, na tentativa de afirmar um pacto social entre as classes histórica e fundamentalmente antagônicas na sociabilidade capitalista.

Passada mais de uma década de EAD na profissão, sustentamos que houve um avanço na compreensão histórica e política sobre a temática. Todavia, continuamos enfrentando dificuldades para empreender a crítica desta realidade, seja pelo ocultamento – por parte do empresariado – da dinâmica mesma desta modalidade de ensino, seja pela ausência de avaliação dos sujeitos sobre a sua formação profissional.

Na literatura recente da profissão,<sup>5</sup> o debate<sup>6</sup> sobre a massificação da formação, via ensino privado e à distância tem sido analisado sob a lógica de contraposição à cultura profissional, legatária do amadurecimento intelectual e político vivenciado por parte significativa da categoria. Este processo tem criado tensões do ponto de vista teórico-metodológico e ético-político, já que todo processo formativo assume uma determinada postura ético-política, ou seja, não há qualquer possibilidade de neutralidade científica: nem nos projetos educacionais e, tampouco, nos profissionais.

Se uma categoria profissional jamais será um bloco homogêneo, sendo, sob vários prismas, um conjunto diferenciado em movimento (NETTO, 2006), preocupa-nos o potencial ideológico-político do ensino a distância na afirmação de projetos classistas contrapostos ao horizonte estratégico do Serviço Social brasileiro. Seguindo este raciocínio, entendemos que a cultura de formação do EAD poderá implicar em um reposicionamento dos vetores analíticos na formação profissional, na medida em que, sob o jugo da pedagogia das compe-

---

5 Cabe destacar as contribuições de Mota; Amaral, 2016; Pereira, 2014; Silveira Jr., 2016; Netto, 2016, 2015, 2006.

6 O debate sobre a questão do EAD tem atravessado polêmicas de fundo na categoria profissional do Serviço Social, entendendo que esta modalidade de ensino demarca o selo de uma democratização “às avessas” no acesso à educação superior. Mais do que isso, as entidades representativas da categoria, a citar: ABEPSS, CFESS-CRESS e ENESSO, têm assumido significativo protagonismo em termos de respostas ético-políticas de enfrentamento à desigualdade educacional brasileira. O questionamento ao EAD não pode ser entendido como um segregacionismo educacional, e, muito menos, como uma ofensiva subjetiva aos estudantes, tutores e professores inseridos nessa modalidade de ensino, posto que se trata de questionamentos direcionados à estrutura pedagógica e aos fossos teóricos que tendem a se constituir nesse processo formativo. Por isso, nesses últimos anos, especificamente, treze anos de ensino a distância no Serviço Social, inúmeras foram as campanhas, as denúncias e as publicações que buscaram socializar que a educação não pode ser tratada como mercadoria.

tências, pedagogia do “aprender a aprender”, ancorada numa individualização, mecanização e “virtualização” de práticas educativas, tende a negligenciar as grandes sínteses teóricas sobre a história da sociedade, ademais de operar um reducionismo no estudo de categorias analíticas centrais que subsidiam a formação profissional.

Sinalizamos que a formação profissional em Serviço Social, pela via do EAD, se estende diante das orientações ideológicas das políticas educacionais contemporâneas, alinhadas que são à teoria do capital humano,<sup>7</sup> à responsabilização dos indivíduos por sua formação, e ao ideário da empregabilidade,<sup>8</sup> tônica fundamental das mudanças operadas.

Nossa análise põe em xeque os argumentos que defendem o determinismo tecnológico e os valores sociais e concepções de mundo que lhes são correspondentes no atual estágio de desenvolvimento capitalista. De tal modo, importa discutir o EAD para além dos efeitos da aprendizagem, levantando questionamentos sobre a dinâmica própria desta modalidade como mecanismo potencial de conformação moral e intelectual dos sujeitos aos imperativos ideológicos elaborados e reproduzidos com o escopo de recomposição do bloco hegemônico burguês.

---

7 Constitui-se como construtor básico da “economia da educação”, cuja preocupação central reside em explicar o papel da educação como instrumento de crescimento econômico. Para um dos expoentes da teoria do capital humano, Theodore Schultz, a instrução como componente da produção e o investimento em habilidades e conhecimentos tendem a aumentar futuras rendas dos empresários e dos indivíduos em processo de formação e, desse modo, assemelha-se a um investimento em outros bens de produção. Ou seja, os níveis de desenvolvimento econômico de um país, as taxas de acumulação de capital e o nível dos salários individuais seriam mediados pelo investimento em capital humano. (FRIGOTTO, 2010b).

8 Nos estudos acerca da política educacional (FRIGOTTO, 2010b, SAVIANI, 1999), a empregabilidade é apresentada como expressão ideológica das estratégias do capital de captura da direção social da formação da força de trabalho. Precisamente, diz respeito à construção de um ideário que, sintonizado à ideologia do capital humano, afirma que o acesso ao conhecimento seria ponte necessária para a inserção ou mesmo permanência no mercado de trabalho.

## **Empresariamento e EAD no projeto educacional brasileiro**

Com base nas contribuições de Amaral (2012), identificamos que, dentre as inúmeras iniciativas implementadas para responder à crise do capital, a qualificação profissional se apresenta como mecanismo de superação do desemprego estrutural, a partir de um discurso indiferenciado e consensual entre as classes sociais. A hipótese da referida autora é a de que ao apresentar o discurso sobre a massificação dos processos de qualificação profissional, capital e trabalho, pela mediação do Estado, transformam esse discurso em construções ideológicas que buscam mostrar que seria possível toda a sociedade assumir interesses comuns e universais. Nesse movimento, são construídas as bases de uma hegemonia pela via do apagamento dos antagonismos classistas e subtração dos interesses das classes trabalhadoras, de acesso às políticas educacionais.

Nos anos 2000, a educação superior brasileira presenciou a consolidação da expansão e do empresariamento do ensino,<sup>9</sup> desta feita, pela mediação da consolidação de verdadeiros conglomerados e instituições educacionais regidas pela racionalidade empresarial e governança corporativa. Trata-se de um conjunto de processos que confluem com as medidas de privatização, mercantilização e oligopolização da educação, e aprofundam a concentração e centralização de capitais.

O potencial de conversão do ensino em mercadoria rentável operou a dinamização da economia em setores que, em paralelo, viram na mercantilização do conhecimento uma via de acesso à valorização do capital. É o caso da articulação da educação com o

---

9 Segundo dados do Inep (2016), o avassalador processo de expansão do ensino privado corresponde atualmente a 87,5% do total das IES no país, com participação de apenas 12,5% do ensino público. No que se refere ao ensino público, os dados revelam ainda a ampliação da participação das unidades de ensino estaduais na educação superior pública, representando 40,7% do total de IES no ensino público; com 36,3% no âmbito federal e 23% municipal. Mesmo com as medidas de expansão do Reuni, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) não lograram dados tão expressivos quanto a ampliação da rede estadual, que também vem operando os processos de interiorização da política de educação superior. (INEP, 2016).

mercado editorial, as empresas de consultoria, gestão e confecção de material didático. Além disso, com o objetivo de aperfeiçoar a perspectiva da educação como serviço lucrativo no Brasil, o empresariado tem criado meios e estratégias para disputar a consciência das classes trabalhadoras.

O sentido do empresariamento corresponde às medidas de racionalização administrativa voltadas à redução de custos, aumento da eficiência e disponibilidade de captação de lucro e produtividade.<sup>10</sup>

As conformações ideológico-políticas do projeto educacional dos organismos internacionais, a citar Banco Mundial (BM), Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (Unesco) e Fundo Monetário Internacional (FMI) disputam as relações pedagógicas que se abrem com a ampliação das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nas práticas educativas. A preocupação desses intelectuais do capital reside em propor e gerenciar acordos que promovam financiamento e execução de projetos educacionais para o ensino básico, técnico e superior, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento de cada país.

O EAD entrou no pacote de medidas, sendo entendido como empreendimento necessário à ampliação da formação de professores para a educação básica e para a formação de novos bacharéis, sobretudo, nos cursos de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas.

As pesquisas desenvolvidas por Lima (2011) destacam que a política de ensino superior a distância não se trata da educação, em seu sentido amplo, e sim, de um tipo de ensino massificado, concebido como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação em serviço, desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento.

---

10 No cenário de financeirização da economia, os programas governamentais Programa Universidade Para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) permitiram o estreitamento da relação entre Estado e ensino privado no Brasil. O livre-mercado educacional (TAVARES, 2014) elaborou instrumentos de ampliação do capital portador de juros. O estudo de Chaves e Amaral (2016) é elucidativo de como a lógica desses programas privatistas é operada. A renúncia tributária e o financiamento estudantil demarcaram um novo caminho ao empresariamento da educação, possibilitando o crescimento vertiginoso das IES privadas e sua interlocução com o capital financeiro.



A autora nos situa que as práticas político-pedagógicas desenvolvidas pelo neoliberalismo, na educação superior, têm usado intensamente as tecnologias da informação e comunicação como uma nova mediação para socializar concepções hegemônicas de sociabilidade e de educação, adequando as classes subalternas à nova racionalidade do capital.

Na esteira desse processo, o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e as alterações introduzidas como parte desses avanços resultaram em uma visão idealista a respeito de uma sociedade capaz de superar as contradições do capitalismo, em uma nova forma social de produção caracterizada pela supremacia do conhecimento. De tal forma, as conceituações de “sociedade pós-capitalista”, “sociedade pós-industrial”, “sociedade em rede” e “sociedade informática”, ganharam expressão tanto na literatura acadêmica quanto na política. (NEVES; PRONKO, 2008).

O EAD foi indicado, pelos organismos internacionais, como modalidade de ensino que remete à flexibilização estratégica da formação, através de alterações na relação entre tempo e espaço de formação; currículo baseado em habilidades e competências específicas; mudanças na relação de aprendizagem, promovida pela distância entre professor e estudante.

Como afirma Barreto (2015), a modalidade EAD surge no Brasil sem um amplo debate envolvendo sua expansão, cogitada sob a restrita discussão sobre as estratégias operacionais de garantia da expansão do ensino nesta modalidade. De tal forma, recai sobre ela uma ênfase maior sobre o efeito técnico nas políticas educacionais do que reflexões pedagógicas de fundo sobre suas fragilidades teóricas, éticas ou políticas na formação profissional.<sup>11</sup>

---

11 Dados do Inep (2016) evidenciam que o número de matrículas de estudantes nos cursos de graduação à distância tem aumentado no Brasil, atingindo quase 1,4 milhão em 2015, o que representa 17,4% do total de matrículas na educação superior. Enquanto o número de matrículas no ensino presencial cresceu 2,3% entre 2014 e 2015, no EAD a ampliação foi de 3,9%.

## **As tendências político-pedagógicas da formação profissional no EAD**

As concepções de “sociedade da informação”, “sociedade pós-capitalista” e “sociedade em rede” (CASTELLS, 2003; SCHAFF, 1995; DRUCKER, 1993) reforçam ideologias difundidas desde o século XX, a respeito das mudanças operadas na vida social. Apoiam-se no argumento de que o capital, os recursos naturais e a força de trabalho não assumiriam mais a centralidade como meios de produção, e sim, o conhecimento, que seria um novo meio de produção. Nessa dinâmica, os processos educativos iriam receber os insumos tecnológicos com perspectiva de aperfeiçoamento técnico-científico, por intermédio de computadores, transmissão de aulas via satélite e conteúdo digital. Novas dimensões da relação ensino e aprendizagem iriam transformar as práticas pedagógicas e elaborar novos tipos de homem.

À tecnologia é atribuída uma assepsia, uma aparente neutralidade, omitindo-se seu caráter histórico-social e suas relações com a luta de classes. A concepção de “sociedade da informação” consiste numa força ideológica que projeta as novas TICs para além das relações sociais classistas, historicamente determinadas, operando na disseminação de um padrão cultural dominante que as coloca como instrumento de redenção humana. A defesa das TICs como progresso técnico e as argumentações que reiteram a ideia de uma sociedade baseada na informação são resultado de uma operação ideológica desenvolvida como mecanismo de restauração da ordem capitalista. (NASCIMENTO, 2011).

Na esteira dos invólucros construídos em torno das TICs, a educação logo foi acionada pelos organismos internacionais com vistas à elaboração de conformismos e consensos entre classes, na medida em que, no âmbito da articulação entre Estado, organismos internacionais e empresariado, a educação foi sinalizada como alternativa à superação da pobreza e à desigualdade social.

Elaborou-se, então, a ideia de que o acesso massificado aos processos educativos, facilitados pelo uso intensivo das TICs nas

práticas pedagógicas, possibilitaria a mobilidade social de segmentos das classes subalternas, que passariam a ter acesso ao consumo.

Além disso, é imperativo destacar qual a função ideológica das concepções de “sociedade da informação”, “sociedade pós-capitalista” e “sociedade em rede” no âmbito da formação escolarizada. Duarte (2008) nos oferece alguns pontos explicativos para o entendimento desta questão.

Para o autor, são sintomáticas cinco “ilusões da sociedade do conhecimento”: i) a ideia de que a acessibilidade do conhecimento seria possível pelo recurso à informática, à internet e a meios de comunicação; ii) a superação das metanarrativas e o enfraquecimento teórico das grandes sínteses sobre a história humana; iii) o entendimento do conhecimento não como uma forma de apropriação da realidade pelo pensamento, e sim, uma construção subjetiva resultante de processos semióticos e intersubjetivos; iv) a ideia de que os conhecimentos teriam o mesmo valor, não havendo posições diferentes quanto a sua qualidade e poder explicativo sobre a realidade social; e, por fim, v) o apelo à consciência dos indivíduos.

Cumprir sinalizar alguns deslocamentos pedagógicos contemporâneos que poderão ser guia dos processos formativos à distância. Do ponto de vista teórico-prático, o Projeto Escola Nova ou escolanovismo<sup>12</sup> tratou de alterar o eixo da questão pedagógica do intelecto para a esfera dos sentimentos; do aspecto lógico para o psicológico; da disciplina para a espontaneidade; da centralidade da ação educativa para a preocupação centrada no ensino estrito; da qualidade para a quantidade; de uma pedagogia de inspiração sócio-filosófica para uma pedagogia centrada na experiência vivida, na razão sensível do aluno e, portanto, em uma teoria pedagógica cujo foco não é o conhecimento em sua totalidade e a articulação

---

12 O movimento escolanovista nasce na Europa, ainda no século XIX, com referência nas ideias do educador suíço Adolphe Ferriere. Inspirado em um discurso liberal. A concepção deste movimento inicial era de promoção da igualdade de oportunidades da escola e busca pela autonomia moral dos estudantes. Saviani (1999) caracteriza o movimento escolanovista ou “Escola Nova” como expressão contestatória da pedagogia de tipo tradicional, que, no século XX, buscou alterar a relação ensino-aprendizagem, o conteúdo do conhecimento divulgado nas escolas e ampliou seus leques de intervenção em outras esferas da vida social, como nas relações e processos de trabalho.

com práticas educativas reflexivas, e sim, preocupada com o dilema do “aprender a aprender”. (SAVIANI, 1999).

Como situamos anteriormente, o ideário do “aprender a aprender” alterou a concepção de conhecimento e a referência histórica das grandes sínteses do pensamento social, político e filosófico da humanidade, destituindo a capacidade do estudante articular-se com professores, como ponto de referência e estímulo crítico a reflexões.

A centralidade da ação pedagógica sob o jugo do escolanovismo passou a ser vista na capacidade do estudante de apreender novas técnicas de aprendizagem, mas, uma aprendizagem selecionada, marcada pelo crivo do que se apresentava como demanda imediata no mercado de trabalho. Recorre-se ainda ao senso comum como ponto de apoio à flexibilização da escola às classes trabalhadoras, uma vez que o discurso da universalização do acesso escamoteia o tratamento “rebaixado” do tipo de escola e conteúdo educativo às classes subalternas.

Nas palavras de Saviani (1999), o projeto ideológico-político do escolanovismo buscou deslocar o caráter ético-político das práticas educativas para a dimensão estritamente técnico-pedagógica, num movimento de endogenismo na forma de pensar a problemática da escola. A centralidade do efeito técnico e utilitarista da escola cumpriu uma dupla função: ampliar a escolarização como requisito ao ideário da “empregabilidade” e promover um tipo de ensino cerceado pelos interesses de recomposição do bloco hegemônico burguês e, especificamente, das diversas frações de classe que o constitui.

O aperfeiçoamento instrumental das práticas pedagógicas do escolanovismo implica na constituição da pedagogia de tipo tecnicista. Este modelo pedagógico inspira-se na perspectiva de neutralidade científica e nos princípios de eficiência, eficácia e produtividade, reordenando o processo educativo de modo a torná-lo objetivo e operacional. De certo modo, a pedagogia tecnicista apresenta o interesse de superar o escolanovismo, na medida em que busca planejar as ações educativas sem a interferência da esfera subjetiva no processo de ensino/aprendizagem, já que o escopo centra-se na suposta assepsia ideológica da educação. Nesse sentido, este modelo

pedagógico tornou-se matriz para tendências educacionais vinculadas ao microensino, ao teleensino e às máquinas programadas para compartilhamento de informações. (SAVIANI, 1999).

Na contemporaneidade, a nosso ver, em relação à dimensão pedagógica, a modalidade EAD produz-se como uma simbiótica derivação da pedagogia do “aprender a aprender” e das formulações da pedagogia tecnicista, uma vez que a ampliação do ensino mediado pelas TICs tende a direcionar uma conformação pedagógica racionalizada para expressar a pretensa neutralidade científica na difusão do conhecimento. E o faz por meio da objetividade da prática educativa, operacionalizada por canais virtuais, vídeos e materiais didáticos digitalizados e impressos, que também cumprem a função de serem motivacionais, estimulando os estudantes a continuarem inseridos nessa modalidade.

A dimensão subjetivista é crucial para a consolidação de uma ação pedagógica compreendida como eficaz, na medida em que os estudantes precisam desenvolver técnicas e formas de estudos que reforcem a prática do “aprender a aprender”, aliado à construção do conhecimento (confundido com informação) partindo da experiência vivida do sujeito: de suas aspirações, desejos, sentimentos, sensibilidades, sob o manto de um humanismo abstrato, destituído de um sentido histórico.

As formulações pedagógicas alinhadas ao ideário da empregabilidade, à formação por competências e à teoria do capital humano, na medida em que circunscrevem os processos educativos à condição de instrumentos que permitiriam aos homens investimento individual em sua formação, dimensionam a aquisição de conhecimentos operacionais, comportamentos e ideologias úteis à produtividade do capital. Os sujeitos sociais em formação seriam, por si, responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento social, alimentando a ideia de que a formação individual garantiria inserção ou mesmo permanência no mercado de trabalho.

Ao tratar dos conteúdos didático-pedagógicos que se apresentam na formação à distância, Barreto (2015) considera que eles são pensados para serem “autoexplicativos”, dispensando mediações

pedagógicas constitutivas das práticas educativas, promovendo ações pedagógicas associadas à resolução de “dúvidas pontuais” nos polos presenciais. Aferimos daí que os pacotes de ensino assepticamente programados por especialistas, cujo conteúdo vem sendo marcado por empobrecimento cultural, constituem formas de controle das relações sociais capitalistas na produção e divulgação do conhecimento. (FRIGOTTO, 2010a).

A problemática apresentada mantém relação com o debate desenvolvido por Harvey (2014), ao discutir os processos tecnológicos como mediação das novas configurações entre espaço e tempo. Nesse sentido, o avanço da tecnologia tem contribuído com a diminuição das distâncias geográficas, tornando a especialidade e a temporalidade do capital inseridas em uma ordem social mais dinâmica. As amplas transformações nos transportes, na produção e na comunicação permitiram que o acesso a informações instantâneas se desenvolvesse, como imperativo à reprodução dos interesses das classes dominantes, agindo sob a base ideológica, política e ética da vida social.

Em síntese, o que poderíamos entender como particularidades pedagógicas do ensino a distância, trata-se de legalidades que incorporam o uso das TICs e de práticas pedagógicas a elas associadas: vídeo-aulas, conteúdos digitais, contato on-line entre professores e estudantes, dentre outras formas específicas de objetivação da formação, galvanizadas por concepções ideológicas que reforçam a concepção de “sociedade da informação”, o ideário da empregabilidade, a formação por competências, a pedagogia do “aprender a aprender” e os discursos do “capital humano”. Esse constructo possui uma determinação particular: potencializar a disseminação de arranjos éticos e políticos que tendem a reiterar o senso comum e a difundir ideologias orgânicas à reprodução social do modo de pensar das classes dominantes. Ainda assim, assumimos a posição de que tal processo não ocorre de forma mecânica, pois também é perpassado pela mediação de sujeitos nos processos históricos.

## **Desafios da formação EAD para o Serviço Social brasileiro**

Foi na articulação entre os projetos educacionais desenhados pelos intelectuais orgânicos do capital, via organismos internacionais, e o processo de formação no EAD que encontramos algumas das chaves analíticas que particularizam os processos pedagógicos na referida modalidade de ensino. Sem dúvidas, as perspectivas de manutenção da ordem burguesa levaram o capital a reorganizar suas estratégias de legitimação, sendo a educação *locus* privilegiado para sistematização e difusão de ideários, concepções de mundo e práticas sociais hegemônicas.

Nessa direção, destacamos que as mistificações em torno de um reordenamento social marcado pelo intenso uso das TICs desdobraram na produção de concepções de “sociedade da informação”, “sociedade do conhecimento”, na condição de novos arranjos ideoteóricos sistematizados organicamente para restauração do pensamento burguês.

Do ponto de vista da formação profissional em Serviço Social, em sentido amplo, poderíamos argumentar a existência de uma “nova cultura pedagógica” produzida pelo elenco de atividades virtuais, ausência de relação ensino-aprendizagem orgânica entre professor e estudante, mudanças no material didático-pedagógico da formação, tendências teóricas contrapostas às indicações das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e pela mudança de perfil discente e docente, presente nos cursos de Serviço Social no ensino a distância (SILVA, 2018). Esses aspectos explicitam um amplo processo de disputa à cultura de formação coletiva e presencial, hegemonicamente balizada em princípios pedagógicos emancipatórios e direcionados ético-política e teórico-metodologicamente pela tradição marxista.

A tendência à individualização do processo formativo aparece como um dos produtos da formação a distância. Nessa modalidade de ensino, o indivíduo torna-se o responsável direto pelo resultado de seu processo formativo, cabendo a ele saber lidar com as demandas apresentadas pelo ensino a distância, cuja flexibi-

lidade pedagógica tende a tornar a apreensão de conhecimentos um ato solitário, pela via de uma relação entre homem e máquina. Afinal, os elementos mais próximos dos estudantes são os softwares, as vídeo-aulas, os livros-textos impressos, que, na letra fria e distante, elaboram “autocobranças” ao indivíduo para que obtenha êxito em sua formação profissional.

Ademais, é importante avançar na compreensão teórica sobre a consciência social dos agentes profissionais e sua vinculação com relações sociais totalizantes, no terreno próprio da luta de classes. Identificar dilemas que atingem as condições de vida e trabalho, a subjetividade, a dimensão política e cultural dos novos agentes profissionais, sobretudo, os que realizaram sua trajetória formativa nos espaços mais fragilizados da formação, como é o caso do EAD.

Nesse sentido, reafirmamos, com base em estudos anteriores (SILVA, 2018), que o EAD tem sido uma mediação das configurações contemporâneas na profissão, uma vez que, do ponto de vista ideológico-político, há indícios de avanços de projetos profissionais conservadores e de práticas que reivindicam a profissão como legatária das ações de ajuda e como possível instrumento para a empregabilidade no mercado de trabalho.

As perspectivas que se delineiam frente às regressividades – tanto do ponto de vista do projeto emancipatório das classes trabalhadoras quanto do projeto educacional –, indicam que o Serviço Social estará diante de tensões e contradições que colidem diretamente com os princípios e finalidades do projeto ético-político profissional, do ponto de vista da dimensão formativa, investigativa, interventiva e político-profissional.

As novas configurações do mercado de trabalho e as mudanças operadas no universo da formação profissional, aliadas ao redesenho das políticas sociais públicas – cuja maior expressão, na atualidade, é a supressão e mercantilização de direitos –, são indicativos de possíveis inflexões nas práticas profissionais e na dimensão pedagógica que elas encerram.



No plano formativo/acadêmico, a racionalidade hegemônica burguesa e a ação coletiva do empresariado da educação tendem a capturar ideopoliticamente o sentido e a trajetória político-pedagógica, teórico-metodológica e ético-política da formação dos novos agentes profissionais, com interesses subjacentes que podem estar em alinhamento às novas prerrogativas das políticas sociais, sobretudo, enredado no imediatismo e no empiricismo.

Na dimensão prático-profissional, as tendências de reconfiguração do perfil político-pedagógico do Serviço Social podem intensificar o grau de tensionamento ao projeto profissional crítico, na medida em que a pedagogia da “ajuda” e a pedagogia da “participação” manipulatória (ABREU, 2016) frente às classes subalternas poderão ser revitalizadas. As possibilidades de restauração dessas “pedagogias” podem ser colocadas em movimento tanto pela ausência de uma formação teórico-prática densa de conteúdo crítico, reflexivo, e referenciado nos matizes da esquerda brasileira, quanto pelas mudanças no mundo do trabalho e exigências atuais das políticas sociais, em relação às determinações e receituários seguidos à risca pelas instituições onde operam as políticas sociais.

No âmbito político-organizativo, o novo perfil de profissional oriundo do EAD poderá ser capturado por forças políticas consubstancializadas em ideários matizados no conservadorismo burguês contemporâneo, comungando e socializando posições que se confrontam com a perspectiva crítica de Serviço Social que referencia o projeto ético-político. É possível que sejam criados novos espaços de divulgação do pensamento conservador pelos novos agentes profissionais, como é o caso da página na rede social *Facebook*, denominada “Serviço Social Libertário”, em que um conjunto de estudantes e profissionais oriundos de distintas modalidades de ensino defendem a atualização da aproximação teórico-política da profissão com o pensamento liberal e cristão, ainda que esses novos espaços sejam de frágil impacto concreto na luta.

Este é um debate “aberto” na categoria profissional, posto que, se avançamos na crítica política da questão, ao explicitar, dentre outros importantes argumentos, que os sujeitos do EAD não são o

alvo principal dos dilemas enfrentados pela formação profissional, temos um desafio teórico a construir: decifrar as determinações mais gerais desse processo formativo, mediado pelas TICs, identificando as ideologias, a cultura, as concepções teórico-metodológicas e prático-operativas que dão sustentação às novas “pedagogias da hegemonia”, na contemporaneidade.

Neste percurso, já nos é sabido que os intelectuais orgânicos do capital estão bem organizados e, através de aparelhos privados de hegemonia, têm sido implacáveis na disseminação e capilarização das suas formulações, interpelando as classes subalternas a aderirem ao ensino mediado pelas TICs como meio prático e flexível de acesso às políticas educacionais e de aprendizagem para inserção no mercado de trabalho.

### **Considerações finais**

O atual projeto de dominação burguesa materializa-se na periferia do capitalismo abraçando uma demanda histórica dos trabalhadores no campo da educação. E o faz nos moldes mais destrutivos, porque retira dos sujeitos a possibilidade de uma sociabilidade coletiva, rica de objetivações e de crítica da sociedade. Uma educação “pobre para os pobres”, que subtrai a consciência individual e coletiva dos indivíduos e os expõe à seleção do mercado.

Nesse bojo, pensar os desafios da formação profissional no âmbito da regressividade do direito à educação pública, presencial e socialmente referenciada, nos coloca a demanda de entendimento da particularidade do EAD e o uso das TICs, associando tais discussões à totalidade social e à dinâmica dos processos de restauração da hegemonia burguesa. A acumulação e valorização do capital na nova divisão internacional do trabalho exigem criar meios e práticas que permitam ampliar a rentabilidade das empresas capitalistas, ao tempo em que necessitam legitimar politicamente suas ações.

As estratégias de desvalorização da força de trabalho, de geração de força de trabalho excedente, e de retirada de direitos não são, portanto, incompatíveis com a introdução / massificação das novas tecnologias educacionais. Nos países de economia dependente elas

adquirem uma funcionalidade e uma dimensão objetiva e subjetiva, porque são remetidas a problemas estruturais e conjunturais dessas economias. Ao renovar as promessas de, pela educação, resolver problemáticas como as da desigualdade, da pobreza, do desenvolvimento, da escolarização, as empresas de educação oferecem, a baixo custo, o horizonte possível de formação às classes trabalhadoras, com forte exaltação a apelos subjetivistas e imediatistas.

As reflexões apresentadas neste artigo não elidem o inarredável reconhecimento dos avanços teórico-metodológicos, ético-políticos e prático-operativos que o Serviço Social logrou nesses anos de renovação histórico-crítica e teórica, inspirada na teoria social de Marx e reforçada pelas representações políticas da categoria profissional para garantir a direção social estratégica da profissão.<sup>13</sup> Somente com esse arsenal é possível pensar a dinâmica da realidade, seu movimento e as tendências que se apresentam à conjuntura neste tempo presente. E, certamente, só assim o EAD, na sua relação com as TICs, pode ser problematizado e particularizado, porque sob a aparência de inovação e de um processo tendencialmente global, ocultam-se as concepções teórico-políticas e formativas que conformam novos modos de ser e viver das classes trabalhadoras.

Artigo submetido em 03/09/2018

Aceito para publicação em 09/01/2019

## Referências

ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

AMARAL, A. S. A qualificação profissional na perspectiva do Serviço Social: nota crítica. **Em Pauta**, n. 30, v. 10, p. 61-81, 2012.

BARRETO, R. G. Discursos sobre a inclusão digital. **Educação**, v. 38, n. 3, p. 319-328, set-dez./2015.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

---

13 Questão amplamente trabalhada no artigo: Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.) **Cenários, contradições e peijas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI. Tese de doutorado em Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro, UFRJ, 2011.

CHAVES, V. L., AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil: o ProUni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, v. 32, n. 04, 2016.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** São Paulo: Autores Associados, 2008.

DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista**. Trad. Nivaldo Montingelli Jr. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010a.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

INEP. Censo da educação superior. 2016. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em out. 2017.

LIMA, K. A política de educação superior a distância nos anos de neoliberalismo. **Perspectiva**, v. 29, n. 1, jan-jun./2011.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (orgs.) **Cenários, contradições e pelegas do Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, Juliane Feix. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

NASCIMENTO, A. F. **Educação a Distância e fetichismo tecnológico**: Estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luis-MA: UFMA, 2011.

NETTO, J. P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro. **Intervenção Social**. Lisboa: Universidade Lusíada, n. 42/45, 2015.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado:** da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PEREIRA, L. D. Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais. **Temporalis**. Ano 14, n. 27, p.181-202, jan./jun.2014.

SAVIANI, D. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHAFF, A. **A sociedade informática.** Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes, 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVA, A. I. C. **Os ideários dos egressos da formação profissional em Serviço Social no ensino a distância.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Recife-PE: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

SILVEIRA JÚNIOR, A. A. Serviço Social e construção da hegemonia dominante. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela (Orgs.) **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

TAVARES, P. H. de S. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado:** mercantilização de novo tipo? Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.